

FRAGMENTOS DA TEORIA CRÍTICA: a pesquisa qualitativa

Luiz Carlos dos Santos

O termo “teoria crítica” é usado na filosofia para fazer referência à doutrina desenvolvida pela chamada Escola de Frankfurt, um movimento que teve a sua base no Instituto de Investigação Social da Universidade de Fráncfort del Meno Fráncfort. Esta instituição, semelhante ao marxismo, foi criada em 1923. Um grupo de pensadores partiu da teoria marxista tradicional e, após de lhe apontar uma série de críticas, desenvolveu um novo corpo teórico, qualificado por alguns autores como neomarxista.

O pensamento crítico dos filósofos da Escola de Frankfurt (EF) tem em comum o direcionamento de suas críticas à ordem política e econômica do “mundo administrado”. Essa ordem vigora aos moldes de um aparato tecnológico que, de certa forma, incide na sociedade o seu condicionamento padronizado, homogêneo e, sobretudo, sem a perspectiva de empreender a vida de cada indivíduo de forma autônoma.

A teoria crítica, neste sentido, entendia que o contexto econômico, político e social vigente naquela época, era diferente daquela prevista pelo marxismo. Por isso, ofereceu-se para reinterpretar a teoria original, evidenciando que o conhecimento se constitui na realidade e não por meio da reprodução de conceitos.

Um dos princípios da teoria crítica é que se opõe à separação entre sujeito e realidade. No tocante a esta postura, todo conhecimento depende das práticas da época e da experiência. Não existe, desta forma, nenhuma teoria pura que se consiga sustentar ao longo da história.

Por extensão, o conhecimento sistematizado e a ciência desenvolvem-se no que toca às mudanças da vida social. A práxis, desta forma, está relacionada com a organização do conhecimento científico que existe numa dada altura histórica. A partir destes raciocínios, a teoria crítica presta especial atenção o contexto da sociedade e opõe-se às teorias fechadas, apostando numa construção do saber de tipo dialético. Entre os principais defensores da teoria crítica, destacam-se Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Max Horkheimer, Erich Fromm, Jürgen Habermas e Walter Benjamin.

De acordo com Amaro Fleck (2017), explícita ou implicitamente, há três critérios (institucional, genealógico e metodológico) que parecem estar por trás das compreensões usuais do que seria a teoria crítica e, por conseguinte, de quem seriam os teóricos críticos. Todos eles apontam para uma diferença específica ou para um traço distintivo que estaria presente na teoria crítica e ausente nas demais, adiante explicitada:

Aqueles que afirmam que a teoria crítica (e tanto faz se entendida em sentido *stricto* ou *lato*) é composta pelas quatro gerações vinculados ao Instituto de Investigação Social, e somente por elas, assumem, ainda que de forma pressuposta, um **critério institucional**. Assim, o critério para saber se está ou não diante de uma teoria crítica seria simplesmente o de verificar a filiação institucional do teórico. Neste caso não é preciso qualquer semelhança substancial entre as distintas teorias, embora, por questões contingentes (como a escolha de quem dirigirá o Instituto passar pelos teóricos já vinculados a ele), possa até haver alguma. O empecilho é que isto esvazia de tal modo o significado de “teoria crítica” que não haveria motivos justificáveis para se continuar usando o termo, em especial da forma em que se o utiliza. É mais provável que alguém que fale de “teoria crítica” esteja se referindo a um tipo de teoria com forte teor de crítica social ou com objetivos emancipatórios do que simplesmente afirmando a origem institucional dela.

O segundo critério não parece menos problemático. O critério **genealógico** consiste em buscar, nos textos fundadores desta tradição, um elemento ou um conjunto de elementos que confeririam uma identidade a tal tradição. O problema de tal escolha é duplo: em primeiro lugar, tal compreensão torna o programa teórico demasiado rígido, de tal modo que dificilmente algo de fecundo poderia surgir daí; em segundo, isto contradiz elementos da própria “teoria crítica original”, pois esta reconhece não apenas que a verdade tem um núcleo temporal (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 9), mas também que cabe à teoria crítica diagnosticar os problemas e as tendências de seu tempo, e que as transformações sociais em curso devem acarretar também mudanças na forma teórica capaz de apreendê-las; ademais, o apego demasiado a uma identidade formada é ele mesmo um sintoma patológico, contrário à capacidade de se transformar em uma “bela estrangeiridade” (ADORNO, 2009, p. 164), índice de uma constituição individual bem sucedida, talvez somente possível de se dar em uma sociedade já emancipada. Para usar uma analogia externa, o uso do termo “dialética” na obra de Hegel não é menos legítimo por ele não guardar quase nenhuma afinidade com o emprego original do termo contido na obra de Platão ou de Zenão de Eleia; do mesmo modo, o uso do termo “teoria crítica” pode ser válido para designar o projeto teórico de Honneth, sem isso significar que seu projeto tenha qualquer semelhança com o de Horkheimer. Se o critério genealógico ou originário fosse o escolhido, em sentido estrito é provável que mesmo os teóricos da primeira geração somente estariam fazendo teoria crítica durante um período do desenvolvimento de suas obras, e em sentido *lato* os teóricos da primeira geração e poucos outros, provavelmente sem quaisquer vínculos com o Instituto.

A terceira resposta é mais interessante e tem mais defensores. De acordo com ela, a

teoria crítica seria uma espécie de **método**, ou, mais precisamente, ela seria um tipo específico de crítica que não se basearia na adoção de uma norma positiva, de um ideal construído de antemão do que seria a sociedade emancipada, mas antes encontraria o seu próprio critério normativo ou bem nos discursos de legitimação da ordem social existente, ou bem em possibilidades inerentes a esta própria ordem, sejam elas positivas (o desenvolvimento técnico, por exemplo), ou negativas (o sofrimento social que poderia ser abolido). Neste caso, o que seria peculiar à teoria crítica é o uso da crítica imanente ou do negativismo normativo.

Novamente, o obstáculo desta alternativa é duplo: por um lado, o “método” utilizado pelos teóricos críticos varia muito, isto é, ainda que todos eles recusem uma crítica externa, transcendente, eles entendem coisas muito distintas pelo termo “crítica imanente”, além de se comprometerem em graus distintos com este procedimento; por outro lado, os teóricos críticos não são os únicos a defenderem o uso da crítica imanente na teoria social, de modo que isto não pode servir como seu elemento diferenciador. Cabe examinar isto com mais minúcia.

Para Fleck (2017), o termo “crítica imanente” se refere ao critério adotado para justificar ou fundamentar uma determinada crítica social. Em outras palavras, ele designa o fato de que a norma utilizada para dizer que uma determinada situação é ruim ou injusta não é um ideal construído de antemão, externo, por alguma espécie de filósofo heroico, mas antes algo já aceito, presente ou pressuposto na própria interação social. Definido nestes termos muito vagos, isto pode ser aceito como uma unanimidade entre os teóricos elencados como críticos. Porém, esta é antes uma unanimidade na recusa por um critério externo ou transcendente do que exatamente um acordo sobre algo.

Se o critério não é externo, onde ele se encontraria? Aqui começam os desacordos. Ser imanente ao objeto pode significar que ele já é aceito como válido por estar presente nos discursos legitimadores da ordem social criticada, isto é, na ideologia da sociedade em questão. Neste sentido se poderia falar de uma crítica imanente positiva ou idealista. Mas, também, pode significar que ele esteja presente no próprio objeto (em vez do discurso), seja como uma possibilidade (por exemplo: estaria inscrito no próprio desenvolvimento das forças produtivas a possibilidade da libertação do trabalho) ou como um apelo (a dor ou o sofrimento clamariam por sua abolição). Sentido em que se poderia falar de uma crítica imanente negativa ou materialista¹⁴, ou, ainda, de um negativismo normativo, caracterizado pelo conhecimento unicamente do que não deve ser, da injustiça ou do mau estado de coisas. Nas palavras de Horkheimer:

A teoria crítica declara que o mal, em primeiro lugar na esfera social, mas também

nos indivíduos, pode ser identificado, mas que o bem não pode. O conceito do negativo contém [...] o positivo como seu oposto. Em outras palavras: a denúncia de um ato como mal ao menos sugere a direção que um mundo melhor tomaria. [...] Se alguém quiser definir o bem como uma tentativa de abolir o mal, este pode ser determinado. E este é o ensinamento da teoria crítica. Mas o oposto - definir o mal a partir do bem - seria uma impossibilidade. (Horkheimer, 1974, p. 215)

Além do que, haveria que se distinguir o uso instrumental de cada uma destas duas formas de crítica de um uso propriamente normativo, pois a escolha pela crítica imanente pode não se referir a uma espécie de justificação última ou de critério adotado, mas simplesmente indicar um ponto de partida que conte com a anuência do possível interlocutor. Sem entrar em maiores detalhes, entende-se que estas duas observações sejam suficientes para mostrar que sob a categoria “crítica imanente” há muito menos coesão do que se poderia, à primeira vista, imaginar.

O óbice da crítica imanente como traço distintivo da teoria crítica não é apenas o de não indicar uma mesma opção metodológica por parte das diferentes teorias comumente elencadas como pertencentes à categoria “teoria crítica”. Ela tampouco serve como elemento diferenciador das demais teorias, pois várias outras utilizam alguma espécie de crítica imanente. Basta mencionar que, no campo da teoria social, também Friedrich Hayek (1982, p. 24) defende o procedimento da crítica imanente para mostrar que este não é peculiaridade da teoria crítica. Se nenhuma das três respostas (institucional, genealógica e metodológica) é adequada para distinguir a peculiaridade da teoria crítica, isto significa que a teoria crítica não teria qualquer traço distintivo que a discrimine frente outras teorias.

Entende-se que, seja qual for a definição adotada para apreender o conceito de “teoria crítica”, uma das coisas que certamente se pode falar desta tradição teórica é que suas reflexões não tratam apenas do conteúdo propriamente dito (a sociedade em seus múltiplos aspectos), mas também da forma como este conteúdo é apreendido. A teoria crítica sempre foi, também, uma espécie de metateoria. Ela se ocupou não apenas da configuração que a racionalidade assume em cada estágio social, mas também criticou a ciência social de cunho positivista por sua inabilidade em compreender os objetos investigados. Assim, a relação entre sujeito e objeto é diferente na teoria tradicional e na teoria crítica. Enquanto um abismo separa um do outro na tradicional, sujeito e objeto se codeterminam na crítica, de forma que o sujeito se torna sujeito por meio de sua confrontação com o objeto (e o mesmo pode ser asseverado na relação entre forma e conteúdo). Para, além disso, enquanto na teoria tradicional o intuito é o de classificar o objeto e, assim, torná-lo manuseável para fins de dominação da natureza, na teoria crítica o objetivo é antes o de transformar o objeto, compreendendo-o, visando tanto uma emancipação de todas as formas de dominação quanto

uma reconciliação com a natureza.

A questão de como definir um determinado conceito não é indiferente a isto. Na Dialética Negativa, Adorno, retomando reflexões de Walter Benjamin, critica o modelo usual de definir de acordo com o “gênero próximo, diferença específica”, por este modelo de definição ser mais taxonômico do que propriamente explicativo, por não levar em conta o devir histórico do objeto que busca apreender e nem as relações específicas nas quais ele está inserido. Em contraposição a este modelo, Adorno recomenda proceder por meio de “constelações”:

Perceber a constelação na qual a coisa se encontra significa o mesmo que decifrar aquilo que ele porta em si enquanto algo que veio a ser. Por sua vez, o *chorismos* [separação, cisão] entre fora e dentro é condicionado historicamente. Somente um saber que tem presente o valor conjuntural do objeto em sua relação com os outros objetos consegue liberar a história no objeto; atualização e concentração de algo já sabido que transforma o saber. O conhecimento do objeto em sua constelação é o conhecimento do processo que ele acumula em si. Enquanto constelação, o pensamento teórico circunscreve o conceito que ele gostaria de abrir, esperando que ele salte, mais ou menos como os cadeados de cofres-fortes bem guardados: não apenas por meio de uma única chave ou de um único número, mas de uma combinação numérica. (ADORNO, 2009, p. 141-142).

Destarte, a definição não é algo que pode ser dado no começo, mas somente no final da investigação. Ora, cabe aqui tentar entender a teoria crítica em seus próprios termos, isto é, de acordo com seus próprios critérios de rigor e precisão. Uma definição que se contentasse em apontar para a diferença específica (por exemplo: teoria social feita por meio de crítica imanente) seria mais uma forma de simplesmente classificar a teoria crítica do que propriamente de compreendê-la. Ela fracassaria em apontar para as especificidades desta tradição teórica, para as relações em que ela se insere e que busca transformar, para seu devir histórico. Não se trata simplesmente de constatar um traço distintivo que permita dizer o que cai e o que não cai sob tal categoria (com tal proceder se estaria ainda no terreno da teoria tradicional), mas de realmente buscar entender o que é tal tradição.

Para isso, em vez de buscar localizar uma peculiaridade da teoria crítica – como fazem as tentativas institucional, genealógica e metodológica – sugere-se que se deva analisar uma série de elementos que a caracteriza e, após, buscar desvendar o problema que ela busca solucionar, ou, em outras palavras, o debate em que ela intervém.

Atente-se que o programa proposto por Horkheimer, o qual serve de referência ao trabalho teórico do Instituto entre os anos 1930 e 1960 está baseado no entrelaçamento de três eixos. O **primeiro eixo** é uma recusa consciente e deliberada pela divisão do trabalho científico então em curso. A teoria social vivia então um processo de fragmentação, de forma que parte dela passava a ser objeto da sociologia, parte da psicologia social, parte da

economia e parte da filosofia.

Este processo, que por um lado era positivo na medida em que permitia um maior refinamento nas investigações, era, por outro lado, negativo por separar tanto a pesquisa empírica da especulação conceitual quanto a explicação da crítica. A teoria crítica se insurgia contra isto precisamente propondo um tipo de pesquisa interdisciplinar, ou mesmo não disciplinar, que permitisse investigar processos sociais em seus mais diferentes aspectos e, sobretudo, em seus cruzamentos.

Isto é, cabia mostrar como se entrecruzavam a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e as transformações na esfera da cultura, em vez de tratar estes como campos separados e sem relação. Para tanto, era preciso vincular a pesquisa empírica com a especulação conceitual, buscando nos detalhes indícios das grandes transformações sociais.

O segundo eixo é composto pelo caráter fortemente materialista da crítica social elaborada pelos frankfurtianos. Materialismo significa, então, que embora sujeito e objeto se codeterminem, que constituam a si mesmos por meio de seu confronto mútuo, o objeto tem certa prioridade. Tal prioridade é indício de que toda elucubração teórica é, em certa medida, secundária, posterior e mesmo oriunda de uma situação material. Em outras palavras, a prioridade do objeto significa que os homens teorizam a partir e por causa de suas insatisfações, de seus sofrimentos, e que a teoria, quando não fetichizada e convertida em uma finalidade em si mesma, é um instrumento que busca remediar ou abolir estas insatisfações e sofrimentos.

A teoria que se sabe um esforço para remediar ou abolir o sofrimento não precisa se ocupar (e nem deveria) com modelos ou situações ideais, pelo contrário, ela parte da crítica das injustiças e dos sofrimentos sociais patentes que poderiam, dado o desenvolvimento técnico alcançado pela humanidade, serem abolidos por meio de transformações sociais. Posto que ela não necessita fundamentar a si mesma, ela pode partir diretamente da observação das tendências sociais, isto é, das transformações então em curso. Perceber a sociedade como algo em movimento é imprescindível para uma teoria que não busca apenas compreender o que está ocorrendo, mas intervir neste processo, fomentando o que pode haver nele de emancipatório e resistindo ao que nele há de regressivo. Em outras palavras, o programa delineado por Horkheimer afirma que a teoria deve começar pela construção do diagnóstico mais preciso possível da situação social presente.

O terceiro e último eixo do projeto original da teoria crítica que serviu, em suas linhas gerais, como orientação para a teoria crítica desenvolvida entre os anos 1930 e 1960 diz

respeito ao objetivo da própria teoria e aos meios pelos quais ela poderia alcançá-lo. Como já mencionado, a teoria crítica – que sempre tem por objeto a sociedade – não quer simplesmente compreender seu objeto, mas sim transformá-lo. Seu objetivo, portanto, não é ele mesmo teórico, e sim prático: trata-se de uma teoria que se vê como um instrumento para emancipação dos homens daquelas situações que o exploram, oprimem e dominam. Para tanto, a teoria crítica não deve se vincular a um grupo social supostamente oprimido, servindo como porta-voz de suas demandas. Pelo contrário, é apenas mantendo a sua própria independência que ela pode não ceder em seu teor crítico. Uma vez que a dominação se reproduz por meio destas pessoas, inclusive daquelas que se encontram nas piores situações, a teoria crítica tem por objetivo torná-las conscientes de sua situação objetiva para que não cooperem com as forças que as oprimem. Para tanto, é necessário que a teoria se confronte às visões de mundo dos concernidos, em vez de simplesmente reforçá-las. Em suma, caberia ao teórico crítico mostrar como os sofrimentos e fracassos pessoais são determinados socialmente e desnecessários, ainda mais quando a ideologia insiste em privatizá-los. Nas palavras de Adorno, na medida em que “faz parte do mecanismo da dominação impedir o conhecimento dos sofrimentos que ela produz” (1992, p. 53).

Um método catártico, que não tivesse sua medida na eficiência da adaptação e no sucesso econômico, deveria almejar trazer as pessoas à consciência da infelicidade, tanto da universal quanto da individual, inseparável daquela, tirando-lhes as satisfações ilusórias em função das quais a ordem execrável se perpetua nelas, como se esta já não as tivesse suficientemente em seu poder desde fora.

Para, além disso, o teórico crítico se diferencia do tradicional por não se encontrar cindido em um teórico especializado, por um lado, e um cidadão, por outro. Sua teoria é engajada, ela mesma surge das inquietações cidadãs, de forma que as intervenções nos debates públicos é consequência do desdobramento e da fecundidade de suas investigações. Entende-se que a teoria crítica se caracteriza também pelo alto nível de reflexividade: trata-se de uma teoria que precisa ser consciente de suas intervenções, do contexto e das relações de força em que está inserida, da divisão do trabalho social e dos males decorrentes dela.

Os citados eixos, cada qual com uma série de elementos, se entrecruzam na obra de cada um dos teóricos críticos da assim chamada “primeira geração”. Aparecem com maior clareza em uns, com maior refinamento em outros, mas estão ao menos em certa medida presentes em todas as obras, em todas as trajetórias dos teóricos então vinculados ao Instituto. Por mais que tais obras e trajetórias difiram, e muito, em suas teses e argumentos, é isto que dá um “ar de família” (FLECK, 2017), e permite reconhecê-las como pertencentes a uma tradição ou a um mesmo modo de fazer teoria social. Com o término de tais trajetórias

teóricas, tais elementos – em um elenco provisório: interdisciplinaridade; vínculo da pesquisa empírica com a especulação conceitual; prioridade do objeto; ênfase no diagnóstico de época; ausência de fundamentação normativa; anseio emancipatório e radical independência teórica e reflexividade – passam a compor, em maior ou menor medida, novos programas teóricos, elas servem de inspiração para uns, são influências mais ou menos determinantes para outros, de modo que os mais distintos investigadores da teoria social podem se reconhecer como pertencentes a tal tradição e reivindicar para si o legado da teoria crítica das primeiras décadas, mas trata-se aí de outros contextos, de outros projetos. Um contraponto com a teoria crítica das assim chamadas “segunda, terceira e quarta gerações” pode ajudar a elucidar o tamanho da ruptura e das diferenças com aquilo que hoje é chamado de “teoria crítica”, sobretudo nos ambientes mais acadêmicos.

Ressalte-se que no final dos anos 1960, Habermas começa a dar indícios de uma guinada epistêmica de grandes proporções que vai se consolidar aos poucos, e cuja consumação talvez só se dê com a publicação de “Teoria da ação comunicativa”, uma década e meia, mais tarde. A guinada epistêmica de Habermas consiste numa mudança de grande alcance: a teoria crítica, em vez de se ocupar diretamente com os seus objetos, passa a lidar com as condições de possibilidade dela própria, em especial com o problema de como encontrar um ancoradouro suficientemente sólido para fundamentar normativamente sua crítica social. O que havia sido uma escolha deliberada passou a ser visto como déficit e ingenuidade: de acordo com a crítica habermasiana, “desde o início a teoria crítica lidou com a dificuldade de prestar contas sobre seus próprios fundamentos normativos” (Habermas, 2012, p. 644). Isto significa que agora ela não parte mais do diagnóstico das tendências sociais, e sim da fundamentação de critérios normativos que deveriam sustentar a crítica social (a esfera da interação, em um primeiro momento, e depois a da ação comunicativa), ou, em outras palavras, do potencial racional subjacente às trocas linguísticas, de modo que a crítica somente é feita, quando feita, em um momento posterior.

Segundo Fleck (2017), esta guinada tem grandes implicações. Em contraste ao programa de Horkheimer, ela é claramente idealista: a teoria concebe uma situação em que os homens, discursivamente, poderiam chegar a acordos racionais, e a situação existente é criticada na exata medida em que impede que esta situação ocorra. É por meio do contraste com o que seria uma comunicação não distorcida que as situações sociais existentes são criticadas. A prática discursiva é hipoestasiada: haveria no melhor argumento uma espécie de força que não é coerciva, uma ordem que não é autoritária. Mas isto significa aceitar a razão, a teoria, como primeira, como anterior, e não como um instrumento que almeja atenuar ou abolir o sofrimento. Não se trata aqui, é claro, de indicar qual opção seria a mais adequada, mas apenas a de mostrar o quanto se está longe do programa da teoria crítica anterior.

Enfatize-se que guinada epistêmica fez com que a teoria crítica passasse a ter por objeto, cada vez mais, sua própria história, sua metodologia. Ela se afasta da pesquisa empírica, contentando-se em utilizá-las como referências. Assim, a teoria social é construída com base na reconstrução crítica da teoria social antecedente. Isto significa que ela se sente à vontade dentro da divisão do trabalho científico, assumindo as tarefas propriamente filosóficas, ainda que por vezes almeje alguma forma de interação com outras áreas. É certo que ela mantém os anseios de emancipação, mas a forma em que opera para alcançar tal objetivo (e mesmo o que compreende por ele) é inteiramente diferente. Trata-se então de “clarificar as condições nas quais questões morais e éticas possam ser respondidas de forma racional pelos próprios concernidos” (Habermas, em Dews, 1992, p. 270). De forma que o teórico, em vez de buscar confrontar a visão que o oprimido tem de seu contexto, levando-o a não mais cooperar com aquilo que o oprime, agora se contenta em fornecer uma elucidação sobre como este pode resolver dilemas éticos e morais de forma racional. Mesmo naquilo que Habermas mais se assemelha aos teóricos da primeira geração, a saber, na importância dada às intervenções públicas, ele opera de modo inteiramente distinto, uma vez que defende que há uma diferenciação de papéis entre o teórico especialista e o intelectual engajado (cf. HABERMAS, em DEWS, 1992, p. 127).

Acentue-se que o ponto crucial e determinante do contraste é que a o problema teórico que incita o desenvolvimento de um programa teórico-crítico é inteiramente distinto. Cabe analisar isto mais detidamente.

O rol de elementos constitutivos da constelação que forma a teoria crítica permite não só uma compreensão mais adequada dela como também a percepção da dimensão da ruptura operada pelas transformações que se dão com o gradativo término de sua “primeira geração”, em especial no final da década de 1960. No entanto, mudar o foco da investigação, passando da análise de seus elementos constitutivos para o exame dos problemas que ela buscou solucionar – ou, em outras palavras, do debate no qual interviu – ajuda a elucidar ainda mais a natureza da teoria crítica, assim como contrastar de modo ainda mais nítido a teoria crítica anterior à guinada epistêmica habermasiana daquela posterior a esta.

A hipótese defendida por Fleck (2017) é que a teoria crítica lidou, diretamente, com o problema da divisão do trabalho científico ainda em curso, embora já quase consumado, na década de 1930. Isto é, ela pode ser vista como uma reação ao processo de separação das ciências sociais, da economia e da psicologia social frente à filosofia. Reação não quer dizer que ela busque aglutinar tudo novamente, muito menos sob a égide da filosofia. Quer dizer tão somente que ela tenta salvaguardar a possibilidade de se fazer uma teoria social que se ocupe com as questões de grande amplitude das sociedades contemporâneas, que exigem a colaboração entre estas áreas do conhecimento, e que sejam ao mesmo tempo explicativas e críticas; possibilidade esta que estava em risco por conta da compartimentação acarretada pela

fragmentação do campo da filosofia social em múltiplas áreas do conhecimento.

Portanto, a teoria crítica almeja seguir fazendo filosofia, mas recusa-se a perder com isso a referência a um objeto externo, tornando-se algo inteiramente abstrato, uma mera reflexão sobre o que pode ou não ser conhecido. Ela segue analisando o mundo. E mais, ela recusa-se a ficar no quinhão autorizado à filosofia nesta divisão do trabalho científico: isto é, o de se ocupar tão somente com a questão dos critérios normativos que permitem avaliar se uma vida ou uma ação é boa ou má, justa ou injusta. Ela tampouco aceita abandonar o uso de tais critérios e se contentar com a simples descrição do que ocorre.

A insistência em fazer uma teoria social ao mesmo tempo explicativa e crítica, com intenção emancipatória e que não aceita a compartimentação de seu campo de estudo (a sociedade) em distintas especialidades independentes, é o mote subjacente à teoria crítica desde o discurso inaugural de Horkheimer na direção do Instituto, em 1931, ao menos até a *Dialética negativa*, de Adorno, publicada em 1966. A *Dialética negativa*, aliás, pode ser vista como a última expressão deste programa, como a última resistência frente a tal divisão do trabalho irrefreável. A propósito, menciona-se apenas uma de suas passagens:

Desde que as ciências se separaram irrevogavelmente da filosofia idealista, as ciências de mais sucesso não buscaram mais uma outra legitimação senão a declaração de seu método. Em sua auto interpretação, a ciência transforma-se para si mesma em *causa sui*, ela se assume como um dado e com isso sanciona também a sua forma desde sempre presente, a forma da divisão do trabalho, cuja insuficiência, porém, não pode permanecer indefinidamente velada. Sobretudo as ciências humanas, por meio do ideal de positividade tomado de empréstimo, tornam-se vítimas da insignificância e da aconceptualidade em inúmeras investigações particulares. O corte entre disciplinas particulares tais como sociologia, economia e história escamoteia o interesse do conhecimento, por baixo das trincheiras cavadas de maneira pedante e defendidas de modo ultra valoroso. (Adorno, 2009, p. 69-70).

Entende-se que isto era um problema geracional. Marx, Weber, Durkheim ou Simmel jamais se preocuparam com as fronteiras entre filosofia, sociologia, economia e psicologia social. Transgrediam-nas por desconhecimento ou por falta de reconhecimento, de tão mal traçadas que estavam. Horkheimer, Adorno e Marcuse não podiam ignorá-las, mas tampouco quiseram aceitá-las e se adaptar a elas. Suas próprias resistências, no entanto, somente foram possíveis porque o processo de compartimentação da teoria social ainda estava incompleto, ainda não havia se consumado. Habermas, Honneth e a “nova geração” sequer podem questionar a divisão do trabalho científico, uma vez que esta já se encontra inteiramente estabelecida. As próprias condições para se fazer teoria social hoje exigem a fidelidade a um compartimento. A guinada epistêmica nada mais foi do que a escolha pela filosofia em detrimento da sociologia, da economia, da psicologia social.

Observe-se, ainda, que em fins da década de 1960, o problema que servia de mote para o desenvolvimento da teoria crítica se transformou. Não se tratava mais de lidar com a divisão do trabalho científico no campo da teoria social e de como seria possível resistir a ela. Agora, a questão passava a ser a de encontrar um fundamento normativo sólido para a crítica social, o problema que caberia naturalmente à filosofia (política e/ou moral) resolver. Este projeto já se delineia no resgate da distinção do jovem Hegel entre trabalho e interação, nos artigos que compõe *Técnica e ciência como “ideologia”*, obra de 1968 de Habermas (2014). Assim, aquilo que outrora era uma escolha deliberada (a saber: a ausência de uma fundamentação) passou a ser visto como um déficit que supostamente faria a teoria crítica enredar-se em aporias.

Isto não quer dizer que a pesquisa empírica ou que a interdisciplinaridade tenha simplesmente desaparecido. O que houve foi um processo de terceirização. Os teóricos críticos passaram a ser intérpretes de pesquisas feitas, mas não mais as propuseram, não mais desenvolveram as técnicas de entrevistas nem se encarregaram de sua execução. Da mesma forma, a teoria crítica posterior à guinada epistêmica recorre às teorias da psicologia social, da economia e da sociologia, mas não mais as desenvolveram. Ocuparam-se tão somente da função filosófica de reuni-las em teorias da sociedade que operam em altos níveis de abstração, quando não arrogaram a si mesmas o direito de ditar programas para as ciências sociais.

Mas mesmo no período pós-guinada epistêmica há toda uma série de transformações, rupturas e distanciamentos. Isto não impede que a questão da normatividade tenha se imposto como o mote principal de desenvolvimento. É isto que está em jogo nas críticas de Honneth a Habermas, é isto novamente o que aparece em distanciamentos de Jaeggi, Stahl e Forst frente a Honneth. Na medida em que a teoria crítica se adapta ao processo de compartimentação, ela se isola na filosofia, preocupando-se cada vez mais com suas condições de possibilidade, com suas metodologias, com sua história. É claro que uma das distinções da teoria crítica ante a tradicional, já nos anos de 1930, era a reflexividade da primeira. No entanto, isto não significa que a teoria crítica tivesse por missão explicar o que é crítica imanente; traçar interpretações de sua história; fundamentar seus critérios normativos em teorias abrangentes sobre a ação comunicativa, relações de reconhecimento ou direito à justificação; subsumir todos os conflitos em uma nova espécie de “gramática” ou recontar a gênese e o desenvolvimento de seus conceitos (alienação, reificação).

Este processo de busca de fundamentação e de ensimesmamento que marcou os desenvolvimentos da teoria crítica nos últimos decênios parece mostrar claros sinais de

esgotamento. Por um lado, estes processos parecem pouco fecundos, para não dizer estéreis, na medida em que ditam programas para as ciências sociais que ninguém leva a cabo, que refletem sobre procedimentos que já não mais se utilizam, que explicam conceitos quase nunca usados e que fundamentam critérios normativos para críticas que deixaram de ser feitas. Nesta situação aporética a única saída parece ser dar um passo atrás. Desfazer a guinada epistêmica, voltar ao objeto, e, sobretudo, voltar a criticá-lo.

A crítica social hoje é quase toda ela feita por economistas, por sociólogos, por cientistas políticos, por psicólogos. Eles não precisam de filósofos que lhes digam como criticar o mundo. Há tempos eles vêm acumulando experiência nisto, ao passo que a filosofia parece ter perdido o interesse em fazer isto.

Em um momento marcado pela incapacidade sistêmica de dar fim aos sofrimentos mais básicos, como a fome e a miséria, pela diminuição do bem-estar e dos direitos nos lugares em que estes se consolidaram, pelo retorno do autoritarismo nos locais em que este havia desaparecido ou se atenuado, pelo crescimento da desigualdade de renda e riqueza, pela rápida deterioração da natureza, uma teoria crítica que tenha por objetivo tornar a realidade inaceitável, desvendando os mecanismos que fazem com que as pessoas cooperem com sua própria opressão, teria muito a contribuir.

No que concerne à aplicabilidade da teoria crítica na investigação científica, convém assinalar que é imprescindível a clareza quanto à natureza da pesquisa e, portanto, quanto à abordagem que a orienta. Todavia, a pesquisa crítica mantém-se aberta quanto às possibilidades técnicas para uma aproximação e compreensão mais apropriadas do real. Entende-se que as pesquisas críticas são essencialmente de natureza qualitativa, sendo a perspectiva orientadora. Por pesquisa de natureza qualitativa, entende-se "uma atividade [historicamente] situada que coloca o pesquisador no mundo, consistindo num campo de práticas materiais e interpretativas que tornam o mundo visível" (DENZIN; LINCOLN, 2000, p. 3), levando-se sempre em conta, numa perspectiva crítica, o sentido que o Outro, enquanto sujeito pesquisado, dá às coisas, e um diálogo dialético desse sentido com a totalidade da práxis social. A pesquisa qualitativa crítica mantém o foco nos processos de significado visando à compreensão de indivíduos, grupos, organizações e a sociedade. Os dados qualitativos são sempre gerados *in vivo*, perto do ponto de origem, com uma figurativa colocação de marcos, por parte do pesquisador, para delimitar um domínio temporal e espacial do mundo social que ele investiga (VAN MAANEN, 1983), porém sempre considerando a inscrição dos fenômenos que investiga na totalidade da práxis social (ADORNO, 1980).

No tocante às técnicas de pesquisa, de natureza qualitativa, têm-se, entre outras: etnografia; pesquisa-ação; pesquisa participativa; história de vida; análise de conteúdo; análise de narrativa; análise o discurso; estudo de caso; hermenêutica; observação e entrevista. (CHIZZOTTI, 2006).

No que tange à entrevista, esta oferece a oportunidade de coletar informações por meio da fala dos atores sociais e possibilita entender o que e como as pessoas pensam e sentem acerca do assunto pesquisado. Esse processo de interação com o “Outro” possibilita tomá-lo como sujeito particular, não padronizável. A pesquisa crítica considera a relevância das narrativas que os sujeitos fazem das suas práxis como espaço de emergência do seu processo de construção de sentidos em relação dialética com a totalidade.

Um trabalho de campo crítico visa a um contato do pesquisador com o mundo vivido dos sujeitos. Com as entrevistas, busca-se a rememoração do cotidiano, o agir dos sujeitos, sua práxis. Kramer (2001) argumenta que as entrevistas correspondem a espaços de produção de narrativas que se abrem como textos passíveis de compreensão, uma vez que originados na fala individual, que é "reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e ao mesmo tempo tem a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas" (MINAYO, 2004, p. 109-110).

Deve-se sempre buscar uma atitude crítica em campo, isto é: fazer-se presente como sujeito cognoscente durante a entrevista, pelo exercício da reflexividade; participar objetivamente da entrevista como interlocutor do entrevistado e não como interrogador; tratar o entrevistado como sujeito e não como um depositário de informações; fugir de uma postura de mero coletor ou receptor de dados. Enfim, deve-se evitar uma dupla reificação (do pesquisador e pesquisado), pelo estabelecimento de uma relação sujeito-sujeito, baseada na interlocução. As entrevistas podem assumir aspectos multifacetados para possibilitar uma aproximação do objeto de estudo sob várias perspectivas (DENZIN; LINCOLN, 2000).

Dentre várias possibilidades, discorre-se sobre três tipos de entrevistas, as quais consideram adequadas às pesquisas críticas em Ciências Contábeis e Administração: entrevista com elementos de história de vida; entrevista com o uso de questão estímulo; entrevista ficcional. Contudo, ressalta-se que não se trata de pensar as técnicas em si mesmas como críticas, o que seria uma impropriedade haja vista o seu uso em pesquisas as mais diversas, com e sem inspiração crítica; mas utilizá-las sob a lógica de um processo de pesquisa crítico, articuladas às categorias epistemológicas frankfurtianas.

Quanto à entrevista com elementos de história de vida, o uso da técnica história de

vida em pesquisa crítica nas áreas citadas não se dá em função dos objetivos originalmente vinculados a tal técnica (HAGUETTE, 2001), mas como uma técnica subsidiária, sem se confundir com uma biografia convencional. A história de vida privilegia o uso da memória como recurso de coleta de informações, pois a memória não está ligada ao passado de maneira estanque, mas "empenhada e integrada com o presente, com atitudes, perspectivas e compreensões que mudam continuamente, trabalhando e retrabalhando os dados da experiência em novas reformulações" (HAGUETTE, 2001, p. 93-94). Ademais, e principalmente, a técnica da história de vida possibilita ao narrador tomar a si mesmo como personagem, estando tal técnica "a cavaleiro de duas perspectivas: a do indivíduo [...] e a de sua sociedade com sua organização e seus valores específicos [...] [sendo] técnica que capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social" (QUEIROZ, 1988, p. 36), aspecto valorizado por estudos críticos que têm as dimensões história e práxis social como norteadoras.

Concernentemente, às entrevistas com uso de questão de estímulo, segundo Albandes-Moreira (2002), a questão ou elemento estímulo é algo (pergunta, afirmação, proposição) que se apresenta ao entrevistado como um estímulo que - sendo suficientemente amplo, mas necessariamente focal - serve de eixo a uma entrevista. Possibilita ao pesquisador obter o máximo de informação multidisciplinar relevante e necessária à pesquisa crítica sem transformar a entrevista em um interrogatório. Repetindo essa questão de forma transformada e atualizada, ao longo de toda a entrevista, o pesquisador provê condições de exame do tema em termos de práticas e de experiências subjetivas, de afetos e conhecimentos, de teorias e práticas, as mais próximas possível da realidade.

As questões estímulo utilizadas no início de entrevistas em profundidade podem ser desdobradas em questões de apoio cujo fulcro seja as categorias críticas - história, práxis social e emancipação - tomadas como pares dialéticos. As questões de apoio podem ser escolhidas tendo como pressupostos: (a) que o objeto é mais bem abordado quanto menos relação as questões pareçam ter com o tema da pesquisa (ADORNO, 1995a) e, (b) que os sujeitos são mais bem abordados quanto mais as questões estimulem a rememoração do vivido, evocando assim narrativas originárias da vida real, pois, "é [...] nas dobras do cotidiano que a história se realiza" (KRAMER, 2001, p. 174).

Na pesquisa em tela, a pergunta, por exemplo, "como o sr. vê a sua empresa?" pode ser utilizada como questão estímulo que serviu de eixo para que os sujeitos socializassem suas representações. Essa questão foi apoiada por outras no transcorrer da entrevista, na tentativa de operacionalização dos pares dialéticos. Especialmente as escolhas de questões antagônicas,

como as que tratavam de um "bom dia de trabalho" ou um "mau dia de trabalho", se mostraram convenientes à possibilidade de emergência de conteúdos ligados à tentativa de modelização sistêmica da realidade e de posturas contra emancipatórias por parte dos sujeitos entrevistados.

Em relação à entrevista ficcional, entende-se como uma técnica que objetiva fazer emergir o vivido do sujeito, em sua liberdade criativa, sob a forma de uma narrativa. Inicia com uma exposição, por parte do entrevistador, de uma situação hipotética, realista, a partir da qual o entrevistado pode criar a sua narrativa ficcional. A entrevista suportada por esse tipo de narrativa oferece ao entrevistado maior possibilidade para a seleção do material empírico existencial e experiencial, sendo-lhe dada completa liberdade na criação da narrativa, uma vez que ele não está aprisionado à verdade. O suporte para esse tipo de entrevista é a compreensão de que os discursos ficcionais se constituem como narrativas no sentido de que são representações dos eventos a que se referem (ALBANDES-MOREIRA, 2002). Essa técnica permite evocar narrativas descoladas dos eventos fáticos, porém plenamente imbricadas nas representações dos sujeitos. Por exemplo, um roteiro utilizado, baseado na ocorrência de um incidente crítico, pode propiciar a elaboração de narrativas ficcionais que, em geral, incorrem num discurso naturalizante e sistêmico das situações do cotidiano organizacional, em que o poder de mando gerencial era narrado como algo além do sistema, desvelando-se a dimensão política de dominação contida no discurso gerencial.

Atente-se, porém, ao que Adorno (1980) alerta quanto aos cuidados necessários no processo interpretativo dos fenômenos sociais. Aquele que faz a crítica dialética deve evitar tratar o fenômeno e a interpretação de maneira absolutizada, como se houvesse uma invariância fenomenológica com conseqüente invariância na compreensão, como fazem os positivistas com os seus métodos aplicados ao fato coisificado. Ao contrário, o fenômeno, para o dialético, deve ser encarado como um processo do vir a ser social, e é nessa perspectiva que os sentidos ligados ao fenômeno e sua interpretação devem ser considerados. Para o citado autor, a noção de sentido corresponde à essência social que cunha os fenômenos, portanto, situa-se no interstício do individual com o social. Assim, parece estar subjacente ao pensamento adorniano uma lógica de movimento pendular entre o fenômeno isolado e a totalidade da práxis social: "A interpretação dos fatos conduz à totalidade, sem que esta seja, ela própria, um fato. Não há nada socialmente fático que não tenha seu valor específico nesta totalidade" (ADORNO, 1980, p. 217).

Para compreender as informações obtidas em campo, sugere-se a realização de um processo de Imersão-Impregnação-Compreensão (IIC) das falas dos sujeitos. Por exemplo,

gravações ouvidas por diversas vezes, num processo de recorrências na sequência da gravação, tem-se em vista impregnar-se do discurso. Na sequência, o trabalho de transcrição das entrevistas mostra-se relevante para o processo IIC por possibilitar outra forma de contato com as informações. Com a continuação do trabalho de escuta e transcrição, a lógica dos sujeitos entrevistados como que vai se desvelando para o pesquisador, sendo a base para o processo de categorização. As narrativas, então, são interpretadas dentro de um quadro de referência existencial e conceptual, que, por definição, difere daquele do narrador, pelo papel que o pesquisador tem em relação ao discurso, peculiar à sua posição no contexto de pesquisa. Convergentemente à compreensão de Kramer (2001) de que mais importa como se olha do que aquilo que se vê, em uma pesquisa crítica os discursos dos sujeitos devem ser olhados com a lente crítica.

Compreendendo como Dellagnelo e Silva (2005, p. 113) que cabe ao "pesquisador questionar aquilo que vê imediatamente, as evidências, as ideias prontas, devendo investir na capacidade de buscar novas interpretações", e num exercício dialético que evita a superficialidade dos fenômenos, buscando sua profundidade, a qual não se mostra à primeira vista; a análise do tipo hermenêutico-dialética (MINAYO, 2004) parece colocar-se como a que mais se aproxima da perspectiva do realismo histórico próprio à TC (LINCOLN; GUBA, 2000).

De acordo com Minayo (2004), a análise hermenêutico-dialética visa a transcender os aspectos meramente procedimentais associados a técnicas como a análise de conteúdo e análise de discurso, e se propõe como um caminho do pensamento. Nesse percurso intelectual, a técnica hermenêutico-dialética preserva da hermenêutica a possibilidade de interpretação dos sentidos que os sujeitos elaboram em seus discursos, e investe na possibilidade que a dialética fornece de compreender tais discursos em face das contradições e da totalidade da práxis social: "Enquanto a hermenêutica penetra no seu tempo e, por meio da compreensão, procura atingir o sentido do texto, a crítica dialética se dirige contra seu tempo. Ela enfatiza a diferença, o contraste, o dissenso e a ruptura de sentido" (MINAYO, 2004, p. 227).

A partir da literatura investigada, percebe-se que a pesquisa sob a ótica da Teoria Crítica é um permanente diálogo reflexivo com diversos interlocutores. A pesquisa qualitativa crítica é realmente estimulante, política, significativa, expande a mente quando verdadeiramente praticada. Tanto as experiências de trabalho de campo como de análise de dados são ricamente significativas e transformadoras. Entende-se que a pesquisa qualitativa crítica procura compreender a si mesma **como uma prática que trabalha com pessoas para**

conscientizar criticamente, em vez de meramente descrever a realidade social. (SANTOS, 2018). Um projeto de pesquisa qualitativa crítica tipicamente será um projeto em conscientização. Funcionará com pessoas para transformar maneiras implícitas do conhecer em formas explícitas e passíveis de julgamento de conhecimento discursivo. Contribuirá diretamente para a mudança social e, assim, não somente ao informar decisões políticas.

Esse processo de conscientização, levando o conhecimento implícito para formas explícitas e passíveis de julgamento, exige mudanças em apegos a identidades, porque formas de atuar e interagir em formações sociais estão ligadas a necessidades existenciais por terem identidades validadas. Conscientizar significa expandir e modificar auto entendimentos com formas que, inicialmente, podem ser sentidas como existencialmente ameaçadoras às pessoas que devem abandonar padrões profundamente enraizados de manutenção de segurança da identidade. Todavia, ao mesmo tempo, a alteração no conhecimento de manutenção da identidade traz consigo liberdade e liberação, porque distorções no conhecimento implícito, socialmente construído, que está embutido em e mantém práticas sociais, usualmente estão ancoradas a formas fixas de identidade humana: formas fixas de ser válido como homem, mulher, pessoa de cor, pessoa de uma determinada classe social.

Para tanto, é importante compreender as diversas gerações da Escola de Frankfurt para tomar posição em relação a elas, uma vez que os discursos dessas gerações nem sempre são convergentes, o que implica a necessidade de definição quanto a que perspectiva frankfurtiana orienta a pesquisa.

Segundo, com a teoria dominante no campo que pesquisa, o diálogo é imprescindível para que não se caia num denunciamento teoricamente vazio, fruto de uma postura que prefere olhar "de fora" e não "por dentro" do campo que investiga. Assim, é necessário ir à raiz dos conceitos e fenômenos da área em questão, não se furtando ao questionamento radical.

A terceira instância de interlocução é a dos sujeitos de pesquisa. A importância dessa interlocução está no entendimento de que a práxis é o espaço por excelência de síntese entre dois pares dialéticos mutuamente imbricados: teoria-prática e objetividade-subjetividade. Em uma área como a Administração, ou Ciências Contábeis, que parece não ter abandonado uma postura maniqueísta ao abordar a relação teoria-prática, a leitura frankfurtiana sugere a necessidade de entender o pensar como um agir, a teoria como uma forma de prática, do que igualmente se compreende que toda prática espousa uma concepção teórica, esteja esta academicamente elaborada ou ao nível de uma teoria pessoal. Tratar a pesquisa crítica em sua dimensão teórico-empírica requer compreender que tanto a teoria como a prática se desenrolam na dinâmica objetividade-subjetividade, posto que inscritas na existência

historicamente situada dos sujeitos: "Nas opiniões e atitudes subjetivas, manifestam-se também indiretamente objetividades sociais" (ADORNO, 1995a, p. 146). Essa interlocução com os sujeitos de pesquisa pode se estabelecer tanto durante as entrevistas quanto num momento de retorno, após as análises empreendidas sobre seus textos narrativos, investindo na possibilidade de um posicionamento intersubjetivo crítico que resulte num texto negociado, se a situação de pesquisa o permitir.

Finalmente, entende-se que este texto poderá abrir possibilidades para o diálogo reflexivo com mais um interlocutor: o leitor. Apresenta-se, portanto, como um convite à interlocução visando à transformação consciente da realidade e dos que sobre ela dialogam.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Vorlesung über Negative Dialektik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.

_____. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

_____. **Minima Moralia**. São Paulo: Ática, 1992.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

_____. Introdução à Controvérsia sobre o Positivismo na Sociedade Alemã. In: HORKHEIMER, M; BENJAMIN, W; ADORNO, T. W; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 117-154. (Coleção "Os Pensadores")

ALBANDES-MOREIRA, L. A. **An Exploratory Study on the Nature of the Representations of Organization: Manager and Management within a Group of Teachers of a Business School**. Tese de Doutorado na École des Hautes Études Commerciales, Québec, 2002.

BRESSIANI, Nathalie. Uma nova geração da teoria crítica. **Discurso**. São Paulo, v. 46, 2016, p. 231-250.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, TJ: Vozes, 2006.

DEBORAH. **Por um conhecimento sincero do mundo falso**. Jundiaí: Paco, 2014.

DELLANGELO, E. H. L; SILVA, R. C. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In: VIEIRA, M. M. F; ZOUAIN, D. M (Orgs) **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. Introduction: the Discipline and Practice of Qualitative Research. In: DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (Org) **Handbook of Qualitative Research**. 2. ed. London: Sage, 2000. p. 1-28.

FLECK, Amaro. Afinal de contas, o que é teoria crítica? *In: Princípios: Revista de Filosofia*, Natal, v. 24, n. 44, maio-ago. 2017. ISSN 1983-2109.

_____. Da crítica imanente à crítica do sofrimento”. *Ethic@*. Florianópolis, v. 15, n. 1, 2016, p. 65-84.

JAY, Martin. **A imaginação dialética**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: UNESP, 2014.

_____. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: M. Fontes, 2012. 2 v.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HORKHEIMER, Max. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais. **Praga: estudos marxistas**. n. 7, 1999, p. 121-132.

_____. Teoria tradicional e teoria crítica. *In: HORKHEIMER, Max et al. Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 125-169. (Coleção Os Pensadores).

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

KRAMER, S. Linguagem e história. *In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (Orgs) Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LINCOLN, Y. S; GUBA, E. G. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. *In: DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. Handbook of Qualitative Research*. 2. ed. London: Sage, 2000.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: M. Fontes, 2012.

NOBRE, Marcos. Reconstrução em dois níveis: um aspecto do modelo crítico de Axel Honneth. *In: MELO, Rúrion. (Org.). A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 11-54.

_____. Teoria crítica: uma nova geração. **Novos Estudos CEBRAP**. v. 93, 2012, p. 23-27.

PINZANI, Alessandro. Teoria crítica e justiça social. **Civitas**. v. 12, n. 1, 2012, p. 88-106.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". *In: Von Simson, O. M. Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice, 1988.

REPA, Luíz Sérgio. Reconstrução e crítica imanente: Rahel Jaeggi e a recusa do método reconstrutivo na Teoria Crítica. **Cadernos de Filosofia Alemã**. São Paulo, v. 21, n. 1, 2016, 13-27.

SANTOS, Luiz Carlos dos. Nas veredas da teoria crítica da contabilidade sob a ótica metodológica. *In: Acadêmico Mundo*. Salvador, v. 8, p. 37-83, 2018.

VAN MAANEN, J. Reclaiming qualitative methods for organizational research: Preface. *In: VAN MAANEN, J. (Ed) Qualitative Methodology*. London: Sage, 1983. p. 9-18.



LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br